

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	21
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	22
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	23
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	420.000
Preferenciais	0
Total	420.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	361.893	363.842
1.01	Ativo Circulante	44.251	32.551
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	22	21
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.795	10.622
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	8.795	10.622
1.01.03	Contas a Receber	34.990	21.447
1.01.03.01	Clientes	34.990	21.447
1.01.06	Tributos a Recuperar	444	461
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	444	461
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	444	461
1.02	Ativo Não Circulante	317.642	331.291
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.194	2.894
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.194	2.894
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	3.194	2.894
1.02.03	Imobilizado	314.448	328.397

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	361.893	363.842
2.01	Passivo Circulante	80.905	74.686
2.01.02	Fornecedores	39	39
2.01.03	Obrigações Fiscais	716	600
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	716	600
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	716	600
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	79.979	73.876
2.01.04.02	Debêntures	79.979	73.876
2.01.05	Outras Obrigações	171	171
2.01.05.02	Outros	171	171
2.02	Passivo Não Circulante	292.334	289.651
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	292.334	289.651
2.02.01.02	Debêntures	292.334	289.651
2.03	Patrimônio Líquido	-11.346	-495
2.03.01	Capital Social Realizado	20.512	20.512
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-31.858	-21.007

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.772	8.710
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.949	-14.060
3.03	Resultado Bruto	-2.177	-5.350
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-105	-130
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-95	-77
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10	-53
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.282	-5.480
3.06	Resultado Financeiro	-8.569	-11.099
3.06.01	Receitas Financeiras	217	221
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.786	-11.320
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.851	-16.579
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.851	-16.579
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.851	-16.579
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-25,83000	-39,47380

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.851	-16.579
4.03	Resultado Abrangente do Período	-10.851	-16.579

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.043	-24.262
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.667	8.517
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo do período	-10.851	-16.579
6.01.01.03	Juros e amortização dos custos de emissão de debêntures	8.786	11.257
6.01.01.04	Rendimento de aplicação financeira	-217	-221
6.01.01.05	Depreciação	13.949	14.060
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.710	-32.779
6.01.02.01	Impostos a recuperar	-283	1.289
6.01.02.05	Clientes e outros valores a receber	-13.543	-10.049
6.01.02.06	Fornecedores	0	-18.249
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	116	-5.770
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.044	24.242
6.02.01	Aplicação financeira	2.044	19.244
6.02.02	Adição de imobilizado	0	-1.796
6.02.03	Partes Relacionadas	0	6.794
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1	-20
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21	1.269
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	22	1.249

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	20.512	0	0	-21.007	0	-495
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.512	0	0	-21.007	0	-495
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.851	0	-10.851
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.851	0	-10.851
5.07	Saldos Finais	20.512	0	0	-31.858	0	-11.346

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	420	0	84	20.092	0	20.596
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	420	0	84	20.092	0	20.596
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-16.579	0	-16.579
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-16.579	0	-16.579
5.07	Saldos Finais	420	0	84	3.513	0	4.017

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	13.729	10.157
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13.729	10.157
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-95	-169
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-95	-169
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.634	9.988
7.04	Retenções	-13.949	-14.060
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.949	-14.060
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-315	-4.072
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	217	221
7.06.02	Receitas Financeiras	217	221
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-98	-3.851
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-98	-3.851
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.967	1.408
7.08.02.01	Federais	1.967	1.408
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.786	11.320
7.08.03.03	Outras	8.786	11.320
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	8.786	11.320
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.851	-16.579
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-10.851	-16.579

São Paulo, 31 de Março de 2019

SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A

2019 – 1º Trimestre

A Salus Infraestrutura Portuária S.A. (“Sociedade”), que tem como objeto social a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, encerrou o 1º trimestre de 2011 com um prejuízo de R\$ 10.851 mil. A empresa iniciou suas atividades no segundo trimestre de 2015, e em 2018 acumulou uma receita líquida de R\$ 81.583 mil.

Anteriormente denominada RB Commercial Properties 42 Ltda., a Sociedade teve sua razão social alterada para Salus Infraestrutura Portuária S.A em março de 2012, estando apta para desempenhar seu novo objeto social, conforme mencionado anteriormente.

A Administração da Sociedade é bastante otimista com o potencial do setor de infraestrutura no Brasil e espera contribuir para o seu desenvolvimento por meio de suas atividades.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no trimestre findo em 30 de junho de 2017, contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Companhia.

A Administração.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2019

(Valores expressos em milhares de reais – R\$,
exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Salus Infraestrutura Portuária S.A. (“Sociedade”), constituída em 27 de março de 2012 é uma Sociedade anônima, listada na categoria “B”, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Sociedade tem por objeto social a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja a execução, por si ou por terceiros, da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução desse projeto, relacionado atualmente a um único cliente.

No exercício de 2015, a Sociedade iniciou suas operações mediante o desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo.

Em 01 de outubro de 2016, houve o início da segunda fase da dragagem.

Em 16 de fevereiro de 2018, foi emitido carta com a indicação da conclusão das obras mediante o recebimento, em 29 de dezembro de 2017, do aceite por parte do Cliente, onde este dá quitação aos serviços prestados pelos fornecedores contratados.

2. Principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Sociedade foram elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade no Brasil.

Todas as informações relevantes utilizadas pela administração na gestão da Sociedade estão evidenciadas nestas informações contábeis intermediárias.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

2.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes e outros valores a receber, fornecedores, dividendos a pagar e debêntures.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros, adotado pela Sociedade em 1º de janeiro de 2018.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Sociedade classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor Justo por Meio do Resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Sociedade gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Sociedade. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Sociedade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Sociedade classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes em conta corrente bancária e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação e com risco insignificante de mudança do valor justo.

2.4. Aplicações financeiras

A Sociedade possui aplicações financeiras em fundos de investimento aberto. As aplicações são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

2.5. Clientes e outros valores a receber

Representam valores a receber por conta de serviços prestados de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. Não há constituição de provisão de perdas face à ausência de histórico de perdas de valores faturados.

2.6. Imobilizado

Notas Explicativas

Reconhecido pelo custo de aquisição e de construção, deduzido da depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável.

2.7. Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e /ou cambiais incorridos até a data dos balanços.

2.8. Receita de prestação de serviços de infraestrutura

A receita de serviços decorre do desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. Os valores e as condições são acordados entre as partes e tais receitas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência, ou seja, à medida que o serviço é prestado.

2.9. Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação

Calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) líquido do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período.

Não há instrumentos financeiros, que possam ser conversíveis, em ação, não afetando o lucro diluído por ação.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2019	31/12/2018
Bancos	22	20
Aplicação financeira (*)	-	1
Total	22	21

(*) Refere-se à aplicação financeira com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor, as quais são substancialmente representadas por títulos indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A instituição financeira tem o compromisso de recompra em um prazo inferior a 90 dias.

4. Aplicações financeiras

	31/03/2019	31/12/2018
RB Capital II FIRF Crédito Privado (*)	8.795	10.622
Total	8.795	10.622

(*) Fundo de investimento aberto de liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor, administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. Sua carteira de ativos é composta, principalmente, por operações compromissadas bancárias de liquidez imediata, além de títulos de renda fixa.

5. Clientes e outros valores a receber

	31/03/2019	31/12/2018
Clientes (*)	34.655	21.132
Outras contas a receber	334	315
Total	34.990	21.447

(*) Referem-se à tarifa cobrada das embarcações que transitam no Canal de Piaçaguera, devido ao desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. A tarifa é fixada com base no volume de toneladas transitado.

Notas Explicativas

6. Impostos a recuperar

O saldo é composto como segue:

	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a compensar	1.826	141
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a compensar	1.130	-
Imposto Sobre Serviços - ISS a recuperar	444	444
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	219	1.646
CSLL retida na fonte a recuperar	-	1.105
PIS e COFINS a recuperar (faturamento)	17	17
Outros	2	2
Total	3.638	3.355
Circulante	444	461
Não circulante	3.194	2.894

7. Imobilizado

	31/03/2019	31/12/2018
Desenvolvimento e implementação de projeto (a)	423.489	423.488
Depreciação acumulada	(102.041)	(95.091)
Total	314.448	328.397

- (a) Refere-se à implementação e ao desenvolvimento de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera. O projeto visa recuperar e restabelecer a profundidade mínima prevista e exigida na carta náutica.

A movimentação do saldo da rubrica "Imobilizado" é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	382.859
Adições	1.814
Depreciação (*)	(56.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	328.397
Adições	-
Depreciação (*)	(13.949)
Saldo em 31 de março de 2019	314.448

- (*) O ativo é depreciado conforme o contrato de contraprestação pela vida útil total de 120 meses, contados desde o início da dragagem. A depreciação iniciou após a entrega da 1ª fase em outubro de 2016. (23 meses após o início da dragagem).

8. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31/03/2019	31/12/2018
IRPJ/CSLL	-	389
PIS e COFINS	465	210
ISS	251	-
IRRF	-	1
Total	716	600

Notas Explicativas

9. Debêntures

	31/03/2019	31/12/2018
Debêntures	372.516	363.527
Circulante	79.979	73.876
Não circulante	292.334	289.651

Em 15 de março de 2015, foram emitidas 320.899 debêntures decorrentes da negociação conforme o Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitido em 26 de fevereiro de 2015.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM e foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

As debêntures são atualizadas por juros remuneratórios de 6,79% ao ano, acrescidos de Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O custo incorrido para a emissão das debêntures foi de R\$ 23.012.

O vencimento final das debêntures será em 15 de outubro de 2024. A remuneração das debêntures é paga anualmente, de forma simultânea com as parcelas de amortização das debêntures, sempre no dia 15 de outubro de cada ano, sendo os juros pagos a partir do dia 15 de outubro de 2015 e o principal a partir do dia 15 de outubro de 2017. Durante o período compreendido entre a data da emissão e a data do primeiro pagamento das debêntures (período de carência), a remuneração é paga parcialmente e o valor da remuneração que não for paga ao debenturista fica incorporado ao valor nominal unitário atualizado, no fim de cada período de capitalização.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures, nem *covenants* financeiros.

Em 25 de agosto de 2017, foram emitidas novas debêntures conforme Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão, para Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real, da Salus Infraestrutura Portuária S.A. que foi aditado em 6 de setembro de 2017 com primeiro pagamento para 15 de outubro de 2019, com juros remuneratórios de 5,7% ao ano, com atualização pelo IPCA, e periodicidade de pagamentos anual.

O Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Real, em Lote Único e Indivisível, sob o Regime de Melhores Esforços de colocação, da 2ª Emissão da Salus Infraestrutura Portuária S.A. foi assinado em 15 de agosto de 2017.

A movimentação das debêntures para o trimestre findo em 31 de março de 2018 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	363.527
Amortização dos custos de captação das debêntures	8.191
Encargos financeiros	595
Saldo em 31 de março de 2019	372.313

A composição da parcela do passivo não circulante, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano	31/03/2019	31.12.2018
2020	56.335	11.020
2021-2024	251.245	278.631
Total (*)	292.334	289.651

(*) não inclui custos de captação

Notas Explicativas

10. Capital social

10.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2019 é de R\$ 20.512 (R\$ 20.512 em 31 de dezembro 2018) e está dividido em 420.000 ações ordinárias e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas na proporção a seguir:

Sócios	31/03/2019	
	Ações	%
RB Capital Salus Infraestrutura I – FIP	415.800	99,00
VLI S.A.	4.200	1,00
Total	420.000	100,00

10.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o previsto no artigo 189 da Lei nº 6.404/76, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

11. Receita líquida

	31/03/2019	31/03/2018
Receita de contraprestação (*)	13.729	10.157
Impostos sobre a receita	(1.957)	(1.447)
Total	11.772	8.710

(*) Refere-se à tarifa cobrada das embarcações que transitam no Canal de Piaçaguera, devido ao desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. A tarifa é fixada com base no volume de toneladas transitado.

12. Custos dos serviços prestados

	31/03/2019	31/03/2018
Custos com depreciação (Nota nº 7)	(13.949)	(14.060)

Notas Explicativas

13. Despesas por natureza

	31/03/2019	31/03/2018
Despesa com advogados	-	(1)
Despesas com taxas e emolumentos	(50)	(44)
Despesas com consultoria	(25)	(12)
Despesas com multas	(10)	(53)
Outras despesas	(20)	(20)
Total	(105)	(130)
Classificadas como		
Despesas gerais e administrativas	(95)	(77)
Despesas tributárias	(10)	(53)
Total	(105)	(130)

14. Resultado financeiro

	31/03/2019	31/03/2018
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	217	221
Despesas financeiras:		
Juros remuneratórios e correção monetária das debêntures (nota 9)	(8.191)	(10.662)
Amortização dos custos de emissão de debêntures (nota 9)	(595)	(595)
IOF	-	(62)
Outras	-	(1)
	(8.786)	(11.320)
Total	(8.569)	(11.099)

15. Prejuízo líquido básico e diluído por ação

O prejuízo líquido e a quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo líquido básico por ação são conforme segue:

	31/03/2019	31/03/2018
Prejuízo do trimestre	(10.851)	(16.579)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo líquido básico por ação	420.000	420.000
Prejuízo líquido básico por ação (em reais - R\$)	(25,83)	(39,47)

A Sociedade não possui nenhum instrumento financeiro potencialmente conversível em ações, por isso, o prejuízo líquido diluído por ação é igual ao prejuízo básico por ação.

16. Remuneração da administração

No trimestre findo em 31 de março de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve remuneração da Administração.

Notas Explicativas

17. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Sociedade foram classificados conforme as seguintes categorias em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018:

Classificação	Hierarquia	31/03/2019		31/12/2018		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	22	22	21	21
Aplicações financeiras	Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	8.795	8.795	10.622	10.622
Clientes e outros valores a receber	Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	34.990	34.990	21.447	21.447
			43.807	43.807	32.090	32.090
Passivos						
Debêntures	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	372.313	414.161	379.368	407.519
Fornecedores	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	39	-	7	7
			372.352	414.161	411.465	439.616

18. Considerações gerais

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

A Sociedade administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno das partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

18.1. Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive critério de reconhecimento, base de mensuração e método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na Nota Explicativa nº 2.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições-padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- **Nível 1** – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Notas Explicativas

- **Nível 3** – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

18.2. Gestão de riscos financeiros

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre eles destacam-se os riscos de crédito, de liquidez e de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Sociedade a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros, bem como avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez de seus ativos financeiros.

18.3. Derivativos

No trimestre findo em 31 de março de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não contratou instrumentos financeiros derivativos.

18.4. Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Sociedade caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Sociedade entende que não incorre em risco de crédito relevante em seus instrumentos financeiros.

18.5. Risco de liquidez

É o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar suas operações, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo o pagamento de juros estimados, em valores futuros, considerando as premissas da Administração, para intervalo de mais que três meses e menos de um ano:

	Taxa de juros efetiva média ponderada - %	31/03/2019			
		De três meses a um ano - R\$	De um a cinco anos - R\$	Mais de cinco anos - R\$	Total - R\$
Debêntures SAIP11	IPCA + 6,79% a.a.	-	49.150	302.085	351.235
Debêntures SAIP12	IPCA + 5,75% a.a.	-	5.491	30.833	36.324
		-	54.641	332.918	387.559

18.6. Risco de mercado

É o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Sociedade atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

A Sociedade está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI, e à variação de índices de preços, notadamente o IPCA.

18.7. Análise de sensibilidade

Premissas

A Sociedade desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus

Notas Explicativas

instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário-base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme segue:

- Cenário-base: baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados em 31 de março de 2018 e no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico;
- Cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base;
- Cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base.

Análise

A Sociedade entende que está exposta principalmente ao risco de variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações financeiras, e à variação do IPCA, que é base para a atualização de suas debêntures. Nesse sentido, a seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Fator de risco	Risco	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Índice de preços - IPCA	Aumento do IPCA	4,04%	5,05%	6,06%
Taxa de juros - CDI	Diminuição do CDI	6,43%	4,82%	3,22%

Fator de risco	Risco	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Índice de preços - IPCA	Debêntures	(15.657)	(19.572)	(23.486)
Taxa de juros - CDI	Aplicações financeiras	567	425	283

19. Operações por segmento

Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 – Informações por Segmento, que é equivalente à IFRS 8 - Segmentos Operacionais. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Sociedade opera com um único segmento e, por isso, considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária

20. Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 15 de maio de 2019. * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da

Salus Infraestrutura Portuária S.A.

São Paulo – SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Salus Infraestrutura Portuária S.A. (Sociedade), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Concentração das operações

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, as operações da Sociedade são realizadas com um único cliente, sendo reguladas por contrato com duração prevista de dez anos. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, as informações contábeis intermediárias da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar para os demais tipos de sociedades, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período comparativos

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e as informações contábeis intermediárias relativas ao período de três meses findos em 31 de março de 2018, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, por outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria e revisão datados de 25 de março de 2019 e 14 de maio de 2018, respectivamente, sem ressalvas, que contiveram ênfase referente a concentração das operações com um único cliente.

São Paulo, 15 de maio de 2019

Régis Eduardo Baptista dos Santos

CT CRC 1SP- 255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, FLÁVIA PALÁCIOS MENDONÇA, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 013.187.264-0 (DETRAN/RJ), inscrita no CPF/MF sob o nº 052.718.227-37, na qualidade de diretora da Salus Infraestrutura Portuária S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.494.541/0001-90, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.941, 1º andar, sala 101, Jardim Paulistano, em São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-001 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referente as informações semestrais findas em 31 de março de 2019.

Eu, GLAUBER DA CUNHA SANTOS, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 09.076.231-1 (IFP/RJ), Inscrito no CPF/MF sob o nº 120.547.898-10, na qualidade de diretor da Salus Infraestrutura Portuária S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.494.541/0001-90, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.941, 1º andar, sala 101, Jardim Paulistano, em São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-001 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referente as informações semestrais findas em 31 de março de 2019.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Eu, FLÁVIA PALÁCIOS MENDONÇA, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 013.187.264-0 (DETRAN/RJ), inscrita no CPF/MF sob o nº 052.718.227-37, na qualidade de diretora da Salus Infraestrutura Portuária S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.494.541/0001-90, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.941, 1º andar, sala 101, Jardim Paulistano, em São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-001 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referente as informações semestrais findas em 31 de março de 2019.

Eu, GLAUBER DA CUNHA SANTOS, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 09.076.231-1 (IFP/RJ), Inscrito no CPF/MF sob o nº 120.547.898-10, na qualidade de diretor da Salus Infraestrutura Portuária S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.494.541/0001-90, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.941, 1º andar, sala 101, Jardim Paulistano, em São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-001 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referente as informações semestrais findas em 31 de março de 2019.